

ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS OU ANTROPOLOGIA? UMA BREVE REFLEXÃO COMPARADA ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

Benedito Rodrigues dos Santos¹
Universidade Católica de Goiás

O propósito desta minha intervenção aqui é refletir sobre a questão proposta por este Simpósio: “ensino de ciências sociais ou antropologia no Brasil?”. Ao fazê-lo, não pude resistir à tentação de realizar um paralelo com o debate de similar natureza que vem sendo travado nos Estados Unidos sobre a divisão dos chamados quatro campos da antropologia. A base empírica das minhas reflexões sobre o debate que vem ocorrendo no Brasil foi o processo de elaboração do Projeto de criação do que pode vir a tornar-se o primeiro curso de graduação em Antropologia do Brasil, a ser ministrado pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e o Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais (HGSR) da Universidade Católica de Goiás. Em realidade, a UCG já aprovou a criação de dois cursos: um de Antropologia e o outro de Arqueologia. O curso de Arqueologia iniciou a formação da sua primeira turma em Fevereiro de 2006. Já o Projeto do curso de Antropologia está em fase de implementação.

Gostaria de deixar claro de início que as reflexões aqui realizadas são de cunho pessoal, resultantes da minha participação na comissão de elaboração do Projeto Pedagógico de Criação de um Curso de Antropologia entre os anos de 2004

¹ Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA).

e 2005. Antes de entrar na sua proposta específica, eu gostaria de delinear a perspectiva teórico-metodológica que tem matizado a discussão da criação dos cursos de antropologia ou “divisão” das ciências sociais. Antes mesmo de iniciar a discussão dos aspectos teóricos, gostaria de agradecer a diretoria da ABA pela proposição deste Simpósio. Ele acontece num momento oportuno, quando o debate sobre a separação de departamentos de ciências sociais (ou a criação de departamentos específicos para cada uma das disciplinas que compõem as ciências sociais) no Brasil e sobre a divisão dos departamentos de Antropologia nos Estados Unidos é a discussão “quente” do momento, relativamente ao futuro da Antropologia naquele país.

Perspectivas político-epistemológicas e o caso da Antropologia nos Estados Unidos

Enquanto aqui no Brasil nós estamos iniciando a discussão sobre a divisão ou a separação das Ciências Sociais ou, ainda, a criação específica dos cursos de graduação em Antropologia, nos Estados Unidos está em curso a “divisão” dos departamentos de Antropologia nos chamados quatro campos (four fields): antropologia física ou biológica, sociocultural, linguística e arqueologia. Observar criticamente o que esta ocorrendo nos departamentos de antropologia nos Estados Unidos pode contribuir para fundamentar o debate sobre o futuro dos departamentos de ciências sociais e antropologia no Brasil, seja para nos aproximarmos, seja para nos distanciarmos dos rumos que estão sendo tomados naquele país.

O resumo que farei do debate nos EUA foi baseado no artigo “To Split or Not to Split” publicada na *Anthropology News*, vol.47, n.1, de janeiro de 2006 e em debates de que venho participando durante a realização do meu estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Los Angeles desde agosto de 2005.

A face mais pública desse debate nos Estados Unidos destaca o viés epistemológico-administrativo da discussão. Do ponto de vista epistemológico, o debate se situa entre dois

pólos: de um lado estão aqueles favoráveis à “divisão” dos departamentos, baseada na necessidade de especialização ou focalização, e expansão da produção do conhecimento de cada um dos campos; do outro lado estão aqueles favoráveis à manutenção dos quatro campos juntos, ou mesmo favoráveis ao alargamento das fronteiras dessas disciplinas, baseado na complexificação social, na limitação das disciplinas individuais e nos movimentos pelas inter-, multi- e transdisciplinaridade, ou ainda, segundo alguns, pelo holismo. Existe um outro pequeno grupo de departamentos realizando projetos experimentais de rompimento com as barreiras disciplinares e construindo programas transdisciplinares temáticos. Contudo, vou limitar as minhas observações às duas correntes majoritárias do debate: os pró- e os contra a divisão.

No entanto, a face mais privada do debate, que se realiza no interior dos departamentos, aponta outros aspectos menos altruísticos sobre o futuro da ciência e mais em sintonia com as disputas pelo poder do conhecimento, pelas políticas acadêmicas e pelos fundos de pesquisas. Ambos aspectos fazem parte da construção prática das ciências, e estão implícitos ou explícitos nos arrazoados que forjam os argumentos tanto em favor dos quatro campos quanto em favor da sua separação. Em última instância, ambas as posições estão preocupadas com o futuro da disciplina: elas querem evitar a “extinção” da antropologia e preservar a sua especialidade no conjunto das ciências sociais. Cada uma das posições acredita que as suas soluções propostas são as mais acertadas para o fortalecimento da disciplina.

Os partidários da divisão dos quatro campos (ou de um dos quatro campos) acreditam que o holismo idealizado tende a diluir as especificidades da antropologia no conjunto das ciências sociais. Além disso, a experiência desses departamentos de antropologia que optaram pela divisão atesta que o holismo tem significado, na prática, a hegemonia de um dos campos (ou aliança de dois ou mais) sobre os outros. Nas universidades em que ocorreu essa divisão, existem grupos que os pró-divisão avaliam positivamente, destacando as suas vantagens. As vantagens apresentadas são: clarificação da missão de cada

departamento; aumento de de recursos financeiros, ao contrário das alegações de falta de recursos ou de que a divisão contribuiria para a pulverização dos parques recursos existentes – isso vem contribuindo para solucionar em parte as tensões relacionadas com a distribuição das verbas; expansão no número de professores e de estudantes devido a novas estratégias de atração de estudantes; e por fim, oferta de programa curricular mais atualizado e expandido, na medida que a especialização possibilitou ou aumento de oferta de disciplinas. Além de apresentar as vantagens, os partidários da “divisão” reforçam a sua crítica: a concentração dos quatro campos num mesmo departamento não implica numa ocorrência automática de uma abordagem holística.

Os defensores das abordagens holísticas, sejam eles pertencentes a departamentos que recusaram a divisão dos quatro campos ou críticos do funcionamento do novo modelo naqueles departamentos onde a mudança foi efetivada, acreditam que a divisão tornou ainda mais difícil o engendramento da perspectiva holística. Alguns departamentos que ampliaram as suas fronteiras para outras disciplinas apresentam resultados significativos em termos de abordagens transdisciplinares, como, por exemplo, em estudos biosocioculturais. As críticas fundamentais à perspectiva divisionista são que: a superespecialização pode gerar uma atomização com potencial explosivo (autofágico) para a antropologia, uma vez que cada campo se torna uma disciplina em si mesma. Além disso, eles prognosticam que a divisão pode não resolver as disputas e tensões internas verificadas nos departamentos de antropologia, as quais poderão ser recriadas internamente num futuro previsível, quando os subcampos começarem a se expandir e orientações conflitantes se estabelecerem.

Muitas pessoas nos Estados Unidos e no Brasil, considerando que essa polêmica epistemológica se vem arrastando por séculos, acreditam que as decisões sobre o tópico devem ser tomadas de forma pragmática. Contudo, o pragmatismo que agora parece uma arma favorável à antropologia pode voltar-se contra ela num futuro não muito

distante. Com um pequeno exercício de crítica, os pragmáticos podem se deparar com a desconfortável posição política de ver os seus interesses na divisão dos campos alinhados com os interesses político-econômicos neo-liberais.

Uma reflexão mais acurada sobre esse debate aparentemente “epistemológico” deve sobretudo examinar a sua relação com os interesses na divisão dos quatro campos e os interesses do mercado. No caso dos Estados Unidos, as principais forças demandantes dessa divisão não são exatamente aquelas pertencentes ao campo da antropologia sociocultural, mas aquelas da antropologia física (ou biológica) e/ou da arqueologia. No caso particularmente da antropologia biológica ou física, a valorização desses subcampos antropológicos pode estar relacionada com o movimento geral de valorização das chamadas “hard sciences” ou ainda das chamadas “life sciences” pelas sociedades tecnológicas. O mais grave não é necessariamente a valorização desses subcampos, mas sim a diminuição de status das chamadas ciências humanas, representada pelas reduções galopantes do montante dos investimentos de recursos humanos e materiais nessas ciências.

Brasil em foco: o projeto de criação do curso de Antropologia da UCG

Centremos agora o foco da discussão no Brasil. A questão que está posta para o debate deste Simpósio Especial é a pergunta: “ensino de ciências sociais ou antropologia?”. A resposta encontrada nos Estados Unidos, em outro momento da história das ciências sociais, foi favorável à especialização das três disciplinas (antropologia, sociologia e política), resposta essa que por décadas já se encontra refletida na estrutura dos departamentos, nos cursos de graduação e pós-graduação. Acredito que a resposta que a UCG está dando à pergunta é também favorável ao ensino específico de Antropologia. E me parece também que este é o caminho que vem sendo tomado pelos programas de pós-graduação no Brasil.

A experiência dos Estados Unidos deve, contudo, servir de alerta para que as nossas decisões não fiquem reféns dos

imperativos do mercado, e para aumentar as nossas possibilidades de realizar o nosso debate em condições diferenciadas daquelas verificadas naquele país. Ao meu ver, “dividir ou não dividir”, “separar ou não separar”, ou “criar cursos específicos de antropologia ou não” são questões devem necessariamente ser discutidas dentro de um contexto propositivo, no qual se elaborem também estratégias de fortalecimento das ciências sociais e das outras ciências humanas. Advogar a criação de cursos ou departamentos de antropologia fundamentados apenas na ampliação de mercado para antropólogos nos parece uma solução pragmática sim, porém de curto fôlego, corporativa – e, por que não, niilista.

A solução de consenso encontrada pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA, em parceria com o Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais (HGSR), ainda em processo de implementação, foi a criação de dois cursos de graduação – antropologia e arqueologia –, com dois vestibulares diferenciados para entrada e com um núcleo comum de disciplinas.

Havia uma outra proposta de criação de apenas um curso com duas concentrações em antropologia e arqueologia. Porém, não foi possível negociar um consenso, pelo menos na conjuntura institucional de 2004 – quando se iniciaram a mobilização e o debate para a criação do curso. Os impasses ficaram particulamente ressaltados quando da definição do nome do curso, inicialmente pensado como sendo um curso de “antropologia”. As dificuldades em se chegar um consenso sobre uma proposta unificada foram exatamente aquelas mencionadas no debate acima, relativas ao caso estadunidense.

No debate, ficou claro que os arqueólogos do Instituto defendem a arqueologia como um campo de conhecimento que tem status de disciplina em si mesma, e não como um campo da antropologia. De acordo com alguns deles, a longa história de ser englobados na “rubrica” antropologia tem significado, no plano concreto da distribuição dos recursos humanos e financeiros, ter prioridade número dois. Se as alegações correspondem ou não à prática institucional não é digno de

escrutínio, como o é o cetismo quanto à possibilidade de se encontrar outras soluções para além da separação dos *corpus* entre antropologia e arqueologia. A arqueologia reivindica a sua existência individualizada como curso de graduação. A possibilidade de um curso único denominado “arqueologia” nem sequer foi cogitada pela comissão de elaboração do Projeto. Porém, se tivesse sido colocada seria de difícil aceitação pelos antropólogos membros do Instituto. Seria o mesmo que, no sentido metafórico, consentir que a criatura engolisse o criador. Ou melhor dizendo, se subsumida à arqueologia, na proposta inicial de criação do curso de “antropologia” esta última se reduziria a uma seção do curso de arqueologia, o que obviamente representaria uma redução no seu escopo como ciência.

O fato do Núcleo de Antropologia do IGPA não haver sequer cogitado a criação de uma graduação em ciências sociais foi um indicativo da existência de uma quantidade considerável de cursos no país, os quais possuem uma experiência acumulada no ensino das ciências sociais – e também enfrentam desafios para a continuidade da formação de cientistas sociais. A carreira vem sendo considerada como sendo generalista, e a estratégia de realização de um curso único com concentrações nas três ciências parece haver resolvido apenas em parte a pressão/demanda por um saber cada vez mais especializado.

Além disso, existe um sentimento implícito ou explícito por parte de vários antropólogos que conheço (senão uma comprovação empírica) de que a hegemonia da sociologia nos cursos de ciências sociais limitam a expansão da antropologia. Se os próprios antropólogos se sentem em desvantagens em muitos departamentos de ciências sociais, nem mesmo a criação de um curso de ciências sociais configuraria uma solução mediadora para o impasse verificado no IGPA: a arqueologia não figura entre uma das três disciplinas das ciências sociais. Desta forma, a opção inicial pela criação de um curso de graduação em antropologia foi decorrente deste anseio coletivo da disciplina no sentido de projetar a sua especificidade, ganhar espaço institucional e forjar espaços no mercado de trabalho.

A decisão pela criação dos dois cursos foi aprovada pelo

IGPA, em parceria com HGSR e pelas instâncias superiores da Universidade Católica, a título experimental. Ao contrário do modelo estadunidense de divisão departamental, os desafios de implantar os dois cursos otimizando os recursos existentes não permitiu sequer qualquer coagitação de se criar dois departamentos. A unidade de ensino que administrará os dois cursos é a mesma: o IGPA. Por razões de escopo da discussão, centrar-me-ei no Projeto de Criação do curso de Antropologia, pois o curso de Arqueologia tem projeto específico.

O arrazoado que justifica o Projeto de criação do curso de antropologia no IGPA/UCG fundamenta-se basicamente numa demanda, não suficientemente atendida, pelo saber antropológico – seja no ensino, na pesquisa ou na intervenção social. As evidências desse crescimento de demanda encontram-se na própria experiência do IGPA – pesquisas realizadas e implantação do mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural – e na pesquisa “O Campo da Antropologia no Brasil”, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia-ABA, com organização de Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro, publicada em 2004.

A antropologia está-se tornando uma ciência mais popular, e o seu “valor” está também se transformando: o seu status e prestígio está aumentando em relação ao conjunto das ciências sociais, pondo em cheque a hegemonia da sociologia tanto na obtenção de recursos institucionais quanto nos espaços dos programas curriculares. Embora pouco se conheça sobre crescimento dessa demanda pelo saber antropológico e sua natureza, principalmente do ponto de vista do mercado empregador, os movimentos internos da disciplina dão pistas para um entendimento preliminar da natureza dessas demandas. A globalização, ao mesmo tempo em que exigiu da disciplina uma preparação para estudar as “nossas sociedades contemporâneas” e as formações culturais globais, requer dela a criação dum corpus teórico-metodológico para o estudo do local ou das culturas locais – competência epistemológica essa que ela adquiriu ao longo desses anos. Paradoxalmente, o local não perde importância diante do global, sobretudo quando os traços culturais não homogeneizados são valorizados e

novamente marcados como fator identitário.

Assim, a chamada “morte” do primitivo ou o desafio do entendimento das sociedades complexas vêm, por um lado, deslocando a tradição de estudos dos povos distantes, ao mesmo tempo em que se desenvolvem métodos e técnicas para o estudo das formações culturais transnacionais. Esta tarefa foi facilitada na Antropologia Brasileira, que sempre guardou uma particularidade em relação aos países industrializados: ela sempre teve uma grande participação no que professor Roberto Cardoso de Oliveira denominou de “Antropologia da Sociedade Nacional”.

O fato de estudar a “sociedade nacional” não implicou necessariamente ruptura dos entraves teórico-metodológicos tradicionais da antropologia, cuja a visão da alteridade distanciada – “eu” e os “outros” – terminou por reproduzir a construção do “exótico” dentro da “própria casa”. Contudo, o que parece haver preparado a Antropologia Brasileira para o estudo de nossas sociedades, de “nós mesmos”, foi a vertente dos estudos das culturas urbanas, raça e gênero – particularmente os estudos das classes médias e altas urbanas, das culturais organizacionais do Estado, de empresas e do mundo dos negócios. Esse conhecimento começou a se constituir em um corpus teórico que hoje habilita a antropologia para o estudo das sociedades complexas. Ao que tudo indica, é essa habilitação da antropologia para o estudo das sociedades modernas que tem gerado um novo mercado para o ofício do antropólogo.

A pesquisa da ABA revela que existe um mercado de trabalho para antropólogos na academia, tanto nos departamentos de ciências sociais quanto nos cursos de pós-graduação em antropologia ou ciências sociais. Na esteira do processo de descentralização regional e interiorização do ensino superior, bem como do crescimento vertiginoso da participação das instituições privadas na oferta do ensino superior, vem a constatação da pesquisa de que uma proporção crescente de titulados encontram emprego em instituições de ensino privadas e/ou comunitárias para cursos de diversas áreas. Além disso, existe mercado de trabalho para antropólogos em áreas

extra-acadêmicas – no Estado, nas ONGs e mesmos em empresas.

A expansão da preparação de antropólogos apresenta dois fatores limitantes: a formação restrita em nível de pós-graduação e a concentração desses cursos nas regiões sul e sudeste do país. A graduação é o espaço privilegiado para a formação do *habitus* profissional de qualquer das carreiras ditas científicas: a seleção de uma perspectiva teórica, o uso de uma linguagem, a aquisição de um ritmo ou estilo de trabalho. Portanto, é na graduação que se deve incorporar o *ethos* do ofício do antropólogo. A criação de um curso de Antropologia em Goiânia vai ao encontro das metas estabelecidas pela a área de Antropologia na Capes, no sentido de incentivar a expansão do ensino da disciplina particularmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta epistemológica do curso de Antropologia

O curso proposto tem como eixo epistemológico a Antropologia Sociocultural, que adquiriu fortes raízes identitárias ao longo do desenvolvimetro da disciplina no Brasil. A sua proposta foi elaborada de modo a garantir o ensino de antropologia circunscrito no conjunto das ciências sociais, o que assegura o ensino do cânone da Antropologia ao mesmo tempo em que oferece aos alunos a oportunidade de conhecer subcampos especializados da antropologia. A proposta curricular expressa também especificidades da região e da universidade onde o ensino será ministrado. O programa curricular é composto dos seguintes núcleos:

Núcleo central, composto por disciplinas formativas, as quais representam 53,65% da grade curricular. Incluíram-se neste núcleo os cânones da antropologia, através de disciplinas como Teoria Antropológica, Pensamento Antropológico e Antropologia Cultural e outras disciplinas de áreas de especialização mais tradicionais da antropologia, como antropologia urbana, da religião, da arte, etnologia, entre outras. Devido à relevância do método etnográfico como marca distintiva do campo antropológico, compõem também este

Núcleo disciplinas cujo objetivo é introduzir a prática da pesquisa empírica e a interpretação dos seus dados.

Núcleo de Disciplinas Afins, compostos por disciplinas de formação humanística, que expressam a natureza Católica da Universidade e os clássicos das outras disciplinas das ciências sociais, e que perfazem 17,07% do programa curricular. Foram incluídas no programa curricular disciplinas como Filosofia, Teologia, Teoria Sociológica, Teoria Política, História do Brasil e de Goiás.

Núcleo Formativo com Ênfase nas Demandas Sociais, com disciplinas que representam 14,63% do programa. Foram incluídas neste núcleo disciplinas como Ecologia Humana, Cultura Organizacional, Antropologia da Saúde, Movimentos Sociais Contemporâneos e Antropologia do Direito, as quais pretendem ajudar na habilitação técnica e de discernimento crítico do graduado ao elaborar os seus relatórios, realizar consultorias e outras participações sociais.

Núcleo de Disciplinas da Tradição do IGPA, que perfaz 9,75% do programa curricular do curso. As disciplinas que o compõem objetivam conectar o curso com as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo IGPA, através de disciplinas como antropologia visual, documentação audiovisual aplicada e patrimônio cultural. Com a criação do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, esta área vem gradativamente se transformando no “carro-chefe” do IGPA.

Núcleo de Disciplinas optativas, que perfazem 4, 87% do programa curricular do curso. As disciplinas deste núcleo pretendem abrir espaços tanto para as chamadas novas especializações da antropologia quanto para uma discussão atualizada de tópicos relevantes para cada momento histórico. Alguns exemplos das disciplinas deste núcleo são: antropologia do gênero, antropologia da infância e da família, antropologia do consumo, antropologia do turismo, ação educativa em museus.

O monitoramento e a avaliação do Curso de Antropologia

Por ser um curso novo, e também pela necessidade de

criar metodologias e indicadores de avaliação, o IGPA deverá estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação do curso, composto dos seguintes elementos.

Monitoramento. A Direção do IGPA, juntamente com a Coordenação do Curso, fará um monitoramento do nível de demanda relativa ao curso, acompanhando o número de inscritos para o vestibular a cada semestre. Este monitoramento ocorrerá também através de acompanhamento da Coordenação do Curso e reuniões do Colegiado do mesmo.

Avaliação interna. O curso desenvolverá um sistema de avaliação interna, do qual deverá constar: avaliação de disciplina pelos alunos, avaliação de disciplina pelo professor, avaliação semestral do colegiado registrada na forma de relatório, relatório anual de acompanhamento de egressos.

Avaliação externa. O curso estará aberto às avaliações externas das autoridades federais responsáveis pela política de educação, como, por exemplo, as autoridades do Ministério da Educação. Caso isso não ocorra, será recomendado que a Administração Superior da UCG contrate uma equipe de avaliação externa três anos após a conclusão da primeira turma.

Considerações finais

A constatação de que o debate nos Estados Unidos vem ocorrendo de forma polarizada e que especificidade e holismo podem ser complementares, ao invés de antagônicos, parece não ser suficiente para resolver as disputas de poder na produção do conhecimento. A “pressão” para a especialização dos campos da antropologia e promoção do status científico de cada um desses campos parece inevitável, particularmente nas principais universidades estadunidenses.

Essa necessidade de especialização das ciências sociais em nível de graduação vem também sendo sentida no Brasil. A resposta do IGPA-UCG foi clara relativamente à necessidade de criar um curso de graduação em Antropologia, ao invés de incrementar os cursos de ciências sociais. Essa necessidade de especialização vem sendo sentido não somente no âmbito das ciências sociais, mas também nos chamados quatro campos da

Antropologia. O debate entre antropólogos e arqueólogos, realizado no decorrer da elaboração do Projeto de Criação do Curso de Antropologia, é um indicador de que o debate sobre a “divisão” ou “separação” dos quatro campos já está em curso aqui no Brasil, com argumentos bastante semelhantes àqueles levantados nos Estados Unidos. Naquele país, os dois campos que pressionam para ganhar autonomia são a antropologia física (ou biológica) e a arqueologia; no Brasil, dada a pouco expressiva tradição da Antropologia Biológica, a arqueologia assume a dianteira na sua constituição como disciplina “separada” da antropologia. Esta constatação justifica-se diante do fato de que duas outras universidades antecederam a UCG na criação de cursos de graduação em arqueologia.

Contudo, a observação não estruturada realizada no processo de divulgação da criação dos dois novos cursos da UCG nas escolas secundárias de Goiânia indicou que as duas disciplinas ainda têm um longo caminho a percorrer para angariar adeptos entre os estudantes secundaristas de Goiânia aptos a realizar escolhas profissionais e prestar o vestibular para ingresso na universidade. A crescente popularidade da antropologia ainda não se disseminou entre estudantes secundaristas. O pouco que conhecem do campo antropológico se aproxima mais da prática de campo da arqueologia.

Barrar o processo de particularização, individualização ou autonomização dos campos da antropologia não me parece tão sábio quanto assegurar as condições de sua ocorrência, evitar a fragmentação do conhecimento e, finalmente, criar âmbitos de investigação através de mecanismos inter-multi-transdisciplinares mais eficazes do que aqueles que temos encontrado até ao momento. As condições econômicas e perspectivas políticas verificadas no Brasil deverão circunscrever arranjos institucionais diferenciados para realizar essa especificação dos campos da antropologia. As divisões e especializações implicam custos sociais e econômicos com que nem todas as instituições têm condições de arcar. Os recursos financeiros e condições infraestruturais são muito mais vantajosas nos Estados Unidos do que no Brasil, principalmente nas universidades mais prestigiadas, exatamente onde as

divisões departamentais vêm ocorrendo com maior ênfase. Do ponto de vista político, o Brasil possui uma massa crítica que busca contrapor-se à pressão “intervencionista” do mercado na formação dos profissionais e assegurar uma formação mais holística do que nos Estados Unidos, onde o mercado tem um poder regulatório exarcebado.

Ao que tudo indica, o futuro da Antropologia será assumir a sua especificidade de Antropologia Sociocultural, como já foi indicado na proposta epistemológica do curso de Antropologia proposto pela Universidade Católica. O seu programa curricular contempla a premência de que o antropólogo tenha uma base teórica sólida nas ciências sociais e nas chamadas ciências humanas. Essa fundamentação deve oferecer munição para contribuir na formação do profissional antropólogo capaz de participar do mercado de trabalho com compromisso com a instauração da cidadania, inclusive para todos os segmentos sociais. Entre as com competências¹, destacam-se:

- Compreender a ciência como uma construção histórico-cultural, dentro de uma pluralidade de formas epistemológicas não hierarquizadas, entre as quais se incluem os saberes populares e o conhecimento religioso;
- Utilizar o potencial de diálogo da antropologia com disciplinas para exercitar a inter- e a multidisciplinaridade sem perda de identidade das especificidades do saber antropológico;
- Conhecer a história do pensamento antropológico e a história da disciplina em particular, bem como os cânones da disciplina;
- Pensamento crítico e autônomo para realizar escolhas entre as várias perspectivas teórico-metodológicas que compõem a disciplina;
- Ter domínio técnico para se colocar no mercado de trabalho, porém com valores agregados pautados em princípios éticos e morais fundados numa ética da

¹ Extraído do Projeto Pedagógico para Criação de um Curso em Antropologia do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás.

- solidariedade, no compromisso com a equidade social e respeito às diversidades culturais, étnicas, de credo religioso, de ideologia política e de orientação sexual;
- Entender a função social da atividade profissional para além das demandas imediatas do mercado, dentro de um compromisso com a instauração de uma cidadania plena e inclusiva para todos os segmentos sociais;
 - Ensinar antropologia dentro dos graus de competência conferidos pelo diploma;
 - Produzir conhecimento e não apenas reproduzir o conhecimento acumulado, o que significa, além de autonomia e crítica de pensamento reflexivo, ter competência em metodologias e técnicas de pesquisa;
 - Compreender a extensão como um *locus* de produção de conhecimento sobre soluções e metodologias de trabalho comunitárias, e saber executar atividades de extensão.

A inevitabilidade da particularização dos campos da antropologia deve ser acompanhada de mais vigor na implementação de mecanismo anti-fragmentação da produção do conhecimento. Os vários experimentos de programas multidisciplinares que vêm sendo implementados necessitam se tornar objeto de investigação e ganhar prioridade nas nossas agendas de pesquisa, para mapearmos as questões que já foram respondidas, as que ainda estão por ser respondidas e aquelas que ainda necessitam ser formuladas.

**ANTROPOLOGIA E ENSINO DE
GRADUAÇÃO:
OBSERVAÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE
CRIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS¹**

Celso Castro²
Fundação Getúlio Vargas

A discussão sobre a opção por Ciências Sociais ou Antropologia como curso de graduação corre o risco de se tornar improdutiva caso a ênfase seja posta numa discussão geral sobre os *conteúdos* dos cursos. Creio ser mais interessante pensar, em cada caso particular, na natureza das *fronteiras* disciplinares – que podem servir tanto para separar quanto para aproximar diferentes tradições intelectuais. A melhor opção parece-me ser a de defender a diversidade de modelos e propostas, e não um modelo geral de curso, supostamente válido para todas as situações.

Sobre o argumento de que, numa graduação completa em Antropologia, o estudante ganhará maior identidade com a disciplina e uma melhor formação específica, gostaria de fazer alguns comentários. É verdade que o aluno se identificará como antropólogo já na graduação, e não, como atualmente ocorre, somente na pós-graduação. Além disso, ele terá uma carga maior de disciplinas específicas de Antropologia ao longo do curso. Esse duplo processo, aliás, não é novo. Ele segue a tendência histórica à especialização que afetou todas as disciplinas.

¹ Texto referente à apresentação oral feita na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, como expositor no Simpósio Especial “Ensino de Antropologia na graduação: Ciências Sociais ou Antropologia?”, Goiânia, 14/6/2006.

² Doutor em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ), pesquisador e atual diretor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

Não se trata, no entanto, de uma inevitabilidade histórica, e tenho dúvidas sobre ser boa a opção pela graduação em Antropologia. Em algumas situações específicas, como assinalarei mais adiante, pode sê-lo. Em geral, todavia, o duplo risco de se perder a perspectiva de uma Ciência Social mais abrangente na formação dos alunos e de se fomentar uma profissionalização precoce pode redundar em resultados bastante negativos.

O rompimento da tradicional convivência, num mesmo curso, de três tradições das Ciências Sociais – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – pode ter o efeito de trazer a mesma questão segmentar para o interior de uma graduação em Antropologia. Ou seja, é possível que em seguida surja uma discussão sobre a divisão entre diferentes cursos de Antropologia, voltados para “campos” diferentes. Isso, aliás, já ocorre em países como os Estados Unidos, onde, por exemplo, setores da Antropologia Biológica lutam pela criação de cursos independentes.

Além disso, no atual mundo acadêmico, dificilmente um graduado terá alguma chance de boa inserção profissional como antropólogo. Há quase que uma exigência de que ele venha a cursar uma pós-graduação, até obter o título de doutor. Neste caso, por que não uma formação mais abrangente na graduação, mantendo-se a especialização para a pós-graduação?

Como disse anteriormente, creio, no entanto, que essa discussão não é produtiva em termos abstratos. É importante, a meu ver, pensar nos *contextos institucionais específicos* nos quais a discussão se coloca. O ponto-chave a ser levado em consideração talvez seja o grau de tensão e rigidez internas aos departamentos das Ciências Humanas, em geral, e entre as “três disciplinas” das Ciências Sociais, em particular. Dificuldades burocráticas e acadêmicas presentes em graduações de Ciências Sociais já antigas, principalmente nas universidades públicas, podem levar a situações de impasse na renovação dos currículos ou das ementas que tornem a opção pela segmentação mais atraente. Neste caso, as fronteiras disciplinares entre as “três disciplinas” das Ciências Sociais tornaram-se barreiras que só podem ser superadas com a “independência” da Antropologia na graduação.

Em instituições nas quais, ao contrário, o relacionamento entre diferentes departamentos é bom e os espaços de encontro e as possibilidades de mudança e inovação estão razoavelmente preservados, parece-me melhor a opção por manter uma graduação em Ciências Sociais.

No caso específico da Fundação Getúlio Vargas, quando foi tomada a decisão de se criar um curso de graduação em Ciências Sociais, iniciado neste primeiro semestre de 2006, a natureza da instituição mantenedora e, dentro dela, da unidade que criou o curso, foi decisiva. O Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), unidade que criou o curso, é amplamente reconhecido como uma unidade essencialmente *interdisciplinar* e *multidisciplinar*, com um corpo de professores e pesquisadores formados em Ciências Sociais, História e outras disciplinas das Ciências Humanas.³ Criado em 1973, ao longo de mais de três décadas a rotina cotidiana das atividades de pesquisa e documentação foi de convivência íntima – mais: de indistinção – entre o que é apanágio de uma e de outra disciplina.

Procuramos manter essa característica, central para a nossa identidade institucional, no novo curso criado.⁴ A inexistência de “departamentos” disciplinares foi fator que deu total liberdade para a formulação da nossa proposta. Com isso, pudemos investir mais em inovações. Estas estão menos na forma do curso – embora haja algumas – do que na dinâmica efetiva do seu funcionamento. Estamos conseguindo, por exemplo, manter uma boa articulação entre os professores e as disciplinas de cada período letivo, evitando que a experiência do aluno seja estanque. Além disso, temos uma forte ênfase em atividades extra-curriculares e na convivência entre alunos e professores de diferentes disciplinas, em espaços de discussão e laboratórios de pesquisa – como, por exemplo, na proposta agraciada, neste encontro da ABA, com o prêmio ABA-FORD

³ Ver, p. ex., o texto de Gilberto Velho, “O lugar da interdisciplinaridade”, em *CPDOC-30 anos*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003, p. 13-19 (disponível no Portal CPDOC, <http://www.cpdoc.fgv.br>).

⁴ O quadro de disciplinas e outras informações sobre o curso podem ser obtidos no Portal CPDOC.

de inovação no ensino de Antropologia. Intitulada “Antropologia e documentário: da sala ao campo”, o objetivo da experiência é associar o ensino da primeira disciplina de Antropologia do recém-criado curso de graduação à inserção dos alunos no Núcleo de Audiovisual e Documentário a ser criado junto com o início das aulas no segundo semestre.

Para finalizar, creio ser importante enfatizar que o mais importante, para além das opções tomadas em cada caso, é manter um vínculo íntimo e dinâmico entre “teoria” e “pesquisa”. Esse deve ser o nosso objetivo maior.